



Parlamento Nacional

NOTÍCIAS EM DESTAQUE #3 • 1 de Janeiro – 28 de Fevereiro de 2014

Atividade do Plenário de 1 de janeiro até 28 de fevereiro.

Em 7 de janeiro, o Plenário debateu e aprovou a Conta Geral do Estado de 2012.

Ainda durante o mês de janeiro, o Plenário reuniu, nos dias 9, 10 e 11, para discutir e aprovar, na generalidade, a Proposta de Lei de Orçamento Geral do Estado para 2014. De seguida, a Comissão Eventual para a Recolha e Análise de Propostas de Alteração Consensuais à Proposta de Lei de Orçamento Geral do Estado para 2014 reuniu, já no âmbito da discussão e votação na especialidade da proposta de lei orçamental, entre 13 e 20 de janeiro, tendo nesta data apresentado ao Plenário o seu relatório e um texto de substituição da proposta de lei entretanto aprovada na generalidade. A discussão e votação na especialidade da proposta de lei orçamental, uma vez aprovado o texto substitutivo oriundo da referida comissão eventual, prosseguiram, continuamente, entre 20 e 24 de janeiro. Nesta última data, o texto foi aprovado em votação final global, tendo posteriormente o Orçamento Geral do Estado para 2014 sido processado de acordo com os trâmites normais, promulgado e publicado.

Em fevereiro, o Plenário reuniu nos dias 3, 4, 10, 11, 17, 18, 24 e 25.

As reuniões ordinárias, realizadas nessas datas, contemplaram período de antes da ordem do dia, durante o qual foram lidos e apreciados diversos relatórios de delegações parlamentares, lida e divulgada documentação variada e distribuídos officios escritos do Governo em resposta a preocupações dos Deputados, enviados ao Parlamento Nacional através da Secretaria de Estado dos

Notícias em Destaque

Assuntos Parlamentares, bem como produzidas declarações políticas e prestadas informações e comentários diversos.

Na reunião plenária de 4 de fevereiro, o Sr. Secretário de Estado da Descentralização Administrativa prestou esclarecimentos ao Plenário sobre a missão de assistência técnica ao processo de recenseamento eleitoral na Guiné-Bissau.

Na reunião plenária de 10 de fevereiro, foi anunciada a admissão e baixa conjunta à Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais e à Comissão de Economia e Desenvolvimento da Proposta de Resolução nº 4/III (2ª) – Ratifica, para Adesão, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho nºs 100 e 111 sobre, respetivamente, Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres por Trabalho de Igual Valor e Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão.

Na reunião plenária de 11 de fevereiro, o Plenário tomou conhecimento da admissão e baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Anti-Corrupção do Projeto de Resolução nº 12/III (2ª) – Procedimentos a observar na designação dos membros do Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero.

Notícias em Destaque

Na reunião plenária de 18 de fevereiro, foi admitida e baixou à Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais a Proposta de Resolução nº 5/III (2ª) – Aprova o Acordo de Cooperação nas Áreas de Formação e Treino para Ações de Assistência Humanitária e Luta contra Desastres Naturais entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo do Japão.

Por sua vez, a Conferência dos Representantes das Bancadas Parlamentares, órgão de consulta do Presidente do Parlamento Nacional, reuniu:

- Durante o mês de janeiro, no dia 6;
- Durante o mês de fevereiro, nos dias 6, 20 e 27.

O Parlamento Nacional discute e aprova a Conta Geral do Estado correspondente ao ano financeiro de 2012.

No dia 25 de novembro de 2013, deu entrada no Parlamento Nacional o Relatório e Parecer do Tribunal de Recurso relativo à Conta Geral do Estado correspondente ao ano financeiro de 2012. Na mesma data, admitida a Conta Geral do Estado, o Presidente do Parlamento Nacional determinou a baixa do referido parecer à Comissão Finanças Públicas (Comissão C) para efeitos de apreciação e elaboração de parecer.

Depois da realização de diversas audiências públicas, entre os dias 11 e 13 de dezembro de 2013, nas quais foram ouvidas a Sra. Ministra da Solidariedade Social, o Sr. Ministro da Educação e o Magnífico Reitor da UNTL, o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social e o Presidente do Conselho de Administração da RTTL, o Sr. Ministro da Administração Estatal acompanhado pelo Senhor Secretário de Estado da Descentra-

lização Administrativa, a Sra. Ministra das Finanças e os responsáveis pelo Secretariado dos Grandes Projetos, Comissão Nacional do Aprovisionamento e a Agência de Desenvolvimento Nacional, a Comissão C elaborou o seu Relatório e Parecer que foi aprovado no dia 17 de dezembro de 2013, tendo o respetivo debate sido agendado para 7 de janeiro de 2014.

A CGE foi aprovada com 49 votos a favor e 11 abstenções.

Lançamento do novo portal eletrónico do Parlamento Nacional

No dia 12 de dezembro, depois de uma primeira aprovação por parte do Presidente e do Secretário-Geral do Parlamento Nacional, o novo Grupo de Trabalho, que foi constituído para dar continuação ao trabalho de Conceção e Construção do novo portal eletrónico do Parlamento Nacional, iniciado em 2010, apresentou o protótipo do novo portal à Mesa do Parlamento e aos Líderes das Bancadas Parlamentares, com o objetivo de recolher sugestões por parte da liderança deste órgão.



O grupo de trabalho é composto pelos seguintes membros: Adelino Afonso de Jesus, Diretor de Apoio Parlamentar, que o coordena, Guilhermina Barbosa, Chefe da Divisão de Relações Públicas,

Notícias em Destaque

Comunicação e Educação Cívica, Abilio Caldas e Horacio Abilio, respetivamente Chefe e técnico da Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação, Alessandra Ronchi, Assessora de Relações Públicas e Comunicação, Nuno França, Especialista para Tecnologias de Informação e Comunicação, João Paulo Esperança, professor de língua Tétum, José Carlos Adão e Elsa Miranda, ambos professores de Língua Portuguesa.

O Grupo de trabalho teve como missão principal apresentar uma proposta completa do novo portal eletrónico do Parlamento Nacional, incluindo todos os aspetos necessários ao pleno funcionamento, nomeadamente o web design, as funcionalidades e as soluções tecnológicas.

No dia 7 de janeiro, com a presença dos Senhores Deputados e dos Membros do Governo o Presidente do Parlamento Nacional lançou formalmente o novo portal eletrónico do Parlamento.

Este portal, que constitui um dos objetivos prioritários na estratégia de comunicação e informação do Parlamento Nacional, trata-se de uma plataforma privilegiada de comunicação e informação da atividade parlamentar.

É uma página bilingue que utiliza as duas línguas oficiais de Timor-Leste: Tétum e Português, e como o Presidente do Parlamento Nacional afirma na sua mensagem de boas vindas, “Através dela queremos partilhar com todos, quer estejam no país quer estejam por esse mundo fora, o trabalho que diariamente os Deputados produzem na casa da democracia e torná-la ainda mais próxima dos cidadãos.”

Visita de Sua Alteza Real, a Princesa Maha Chakri Sirindhorn, da Tailândia ao Parlamento Nacional e lançamento do programa “Desafio fome zero”.



No dia 9 de janeiro, o Parlamento Nacional recebeu a visita de Sua Alteza Real, a Princesa Maha Chakri Sirindhorn, da Tailândia. Sua Alteza Real foi recebida por Sua Excelência, o Presidente do Parlamento Nacional e teve a oportunidade de dirigir uma mensagem aos Senhores Deputados e Membros do Governo, numa sessão plenária, durante a qual foi lançado o programa promovido pela Organização das Nações Unidas “Desafio fome zero”.

Lançado por Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, em junho de 2012, na Conferência Rio+20, relativa ao Desenvolvimento Sustentável, o «Desafio Fome Zero» tem como objetivo defender o Direito a Alimentos Adequados para todos os homens, mulheres e crianças, bem como assegurar que os sistemas alimentares são sustentáveis.

O programa é constituído por cinco metas globais:

1. 100% de acesso a alimentos adequados durante todo o ano;
2. zero % de crianças raquíticas com menos de 2 anos de idade;
3. 100% de sistemas alimentares sustentáveis;
4. aumento de 100% na produtividade e no rendimento dos pequenos agricultores;
5. zero % de perda e desperdício de alimentos.

Notícias em Destaque

Proposta de Lei (PPL) n.º 10/III(2ª) - “Orçamento do Estado para 2014” aprovada por unanimidade.



A Proposta de Lei (PPL) n.º 10/III(2ª) - “Orçamento do Estado para 2014”, foi apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional no dia 25 de outubro de 2013 e admitida por Sua Excelência, o Sr. Presidente do Parlamento Nacional, que no mesmo dia mandou baixar à Comissão de Finanças Públicas para efeitos de emissão de Relatório e Parecer bem como às restantes Comissões parlamentares, para efeitos de emissão de parecer setorial, conforme previsto no Regimento do Parlamento Nacional.

Entre os dias 4 e 18 de novembro, realizaram-se audições públicas no decurso das quais, inúmeras entidades públicas e privadas tiveram oportunidade para expressar as suas opiniões, informando os Deputados sobre as respetivas posições relativamente à Proposta de Lei (PPL) n.º 10/III(2ª).

Entre os dias 9 e 11 de janeiro, a Proposta de Lei em questão foi discutida na generalidade após ter sido apresentada por Sua Excelência, o Primeiro-ministro da RDTL, Kay Rala Xanana Gusmão. No dia 11 de janeiro, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 foi aprovado na genera-

lidade, com 65 votos a favor, zero contra e zero abstenções.

No dia 13 de janeiro, e de acordo com o Regimento do Parlamento Nacional, iniciou-se a discussão e votação na especialidade da proposta de lei.

Dia 24 de janeiro, a Proposta de Lei (PPL) n.º 10/III(2ª) - “Orçamento do Estado para 2014” foi submetida a votação final global tendo obtido 64 votos a favor, 0 contra e 0 abstenções.

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Anti-Corrupção (Comissão A) estuda a lei nº 9/III (2ª) – Lei de Imprensa



A proposta de lei nº 9/III (2ª) – Lei de Imprensa deu entrada na Mesa do Parlamento Nacional no dia 6/9/2013 e baixou à Comissão A no dia 18/10/2013. A Comissão estudou leis de imprensa de vários países para conhecer soluções adotadas nesses países para as questões que uma lei de imprensa procura resolver. A proposta de lei foi então comparada com leis de imprensa de outros países e isso permitiu fazer uma lista de questões que exigiam um exame mais aprofundado por forma a contribuir mais tarde para o enriquecimento do diploma em sede de discus-



Notícias em Destaque

são na especialidade. Do estudo comparativo entre a proposta de lei e as leis de imprensa em vigor noutras paragens foram identificadas questões consideradas de grande importância mas que não tinham encontrado assento na proposta de lei. Foram também identificadas questões que tinham sido tratadas na proposta de lei mas de forma incompleta pelo que exigiam um aperfeiçoamento em sede de especialidade.

A fim de familiarizar todos os Deputados com as questões que o estudo da proposta suscita, e, a anteceder as audiências públicas, foram agendadas sessões de trabalho entre a assessoria técnica da Comissão A e os Deputados da mesma Comissão. Na primeira sessão, a Comissão sugeriu que se fizesse uma listagem das questões mais importantes levantadas pelo estudo da lei e se começasse a inventariar soluções possíveis para o melhoramento do diploma. Com base na comparação já feita com leis de imprensa em vigor noutros países, foi feito um quadro comparativo das questões da proposta e das soluções encontradas cá dentro e lá fora. Foram feitas sugestões para a melhoria do diploma.

As audiências públicas tiveram lugar nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro em Tíbar e contaram com a presença das seguintes entidades:

- NÉLIO ISAC SARMENTO – SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- MILENA SOARES ABRANTES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - RTTL
- PAULINO QUINTAS, DIRETOR DE REDAÇÃO - RTTL
- SALVADOR J. XIMENES SOARES - DIÁRIO SUARA TIMOR LOROSAE
- JOSÉ GABRIEL DA COSTA - DIÁRIO NACIONAL
- MOUZINHO LOPES DE ARAÚJO - DIÁRIO INDEPENDENTE
- MANUEL XIMENES - THE DÍLI WEEKLY
- CARLOS DE JESUS – SEMANÁRIO BUSINESS TIMOR
- JACOB XIMENES, DIRETOR - SEMANÁRIO TIMOROMAN.COM
- CÂNCIO XIMENES SOARES - SEMANÁRIO MATADALAN
- JOSÉ M. XIMENES – TIMOR POST
- TITO FILIPE - RÁDIO TIMOR LESTE (RTL)
- FRANCISCO DA SILVA – RÁDIO LIBERDADE (RL)
- EURICO PEREIRA – RÁDIO RAMELAU KABLAKI MATEBIAN (RKM)
- PREZADO XIMENES – RÁDIO LORIKU LIAN
- TITO FILIPE, PRESIDENTE – ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE TIMOR LESTE (AJTL)
- HUGO FERNANDES, PRESIDENTE DA CONSELHO DE ÉTICA – ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE TIMOR LESTE (AJTL)
- ALEXANDRE ASSIS, SECRETÁRIO GERAL – ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS DE TIMOR LESTE (AJTL)
- JOSÉ ANTÓNIO BELO - TIMOR LESTE PRESS CLUB
- JOSÉ M. XIMENES - SINDICATO DOS JORNALISTAS DE TIMOR LESTE
- PREZADO XIMENES - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TIMOR LESTE
- SUSANA CARDOSO - FUNDAÇÃO FUNDO MEDIA
- ALBERICO JÚNIOR – TIMOR LESTE MEDIA DEVELOPMENT CENTER – TLMDC



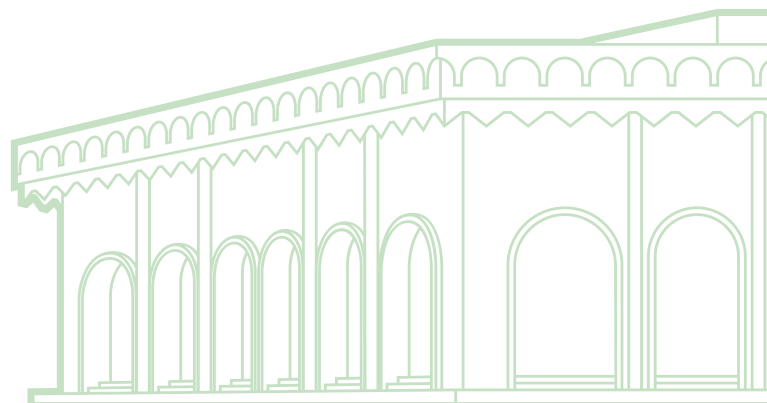
Notícias em Destaque

Logo a seguir às audiências públicas, a sociedade civil fez chegar à Comissão críticas quanto a entidades que tinham ficado de fora nas audiências públicas e que, no entender dos críticos, tinham uma contribuição a dar. Assim, para dar resposta a essas críticas, foi agendada uma segunda ronda de audiências públicas por forma a cobrir o máximo possível de entidades que, de alguma forma, poderiam contribuir com suas ideias e sugestões para o aperfeiçoamento do diploma. Essas audiências tiveram lugar nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro e contaram com as seguintes entidades:

- ZÉLIA TRINDADE – ADJUNTA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
- FLÁVIO C. NEVES – VICE-MINISTRO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
- CELESTINO GUSMÃO – PESQUISADOR DA LAO HAMUTUK
- CHARLES SHEINER – PESQUISADOR DA LAO HAMUTUK
- ADILSONIO DA COSTA J. – PESQUISADOR DA LAO HAMUTUK
- JUVENAL DIAS – PESQUISADOR DA LAO HAMUTUK
- MANUEL MONTEIRO FERNANDES – ASSOCIAÇÃO HAK
- FRANCISCO GUTERRES LU-OLO – PRESIDENTE DA FRETILIN
- HAROLD MOUCHO – ASSESSOR DA FRETILIN
- JOSÉ LUÍS OLIVEIRA – COORDENADOR DE ASIA, JUSTICE AND RIGHT
- VÍCTOR DA COSTA – VICE-PRESIDENTE DA FRENTE MUDANÇA
- SITALINA M. TÍLMAN – FRENTE MUDANÇA
- VIRGÍLIO DA SILVA GUTERRES – FUNDAÇÃO HABURAS

- DIONÍSIO BABO – CNRT
- LURDES BESSA – VICE-PRESIDENTE DO PARTIDO DEMOCRÁTICO
- CARLOS SAKY – ASSESSOR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO
- REVERENDO MOISÉS A. DA SILVA DA IPTL
- VIRIATO SOARES PEREIRA - FONGTIL

Tanto na primeira ronda de audiências públicas como na segunda, as entidades participantes foram incentivadas a apresentarem por escrito sua contribuição, críticas e sugestões com vista à melhoria do diploma. Algumas entidades enviaram mesmo sua submissão escrita onde acabaram por sintetizar seu ponto de vista já avançado durante as audiências públicas. Para além das críticas e sugestões recebidas dos participantes nas audiências, e que servirão para melhorar o diploma, as audiências suscitaram reação dos Repórteres Sem Fronteiras e da Lao Hamutuk que fizeram questão de dar a conhecer suas críticas à proposta, fazendo recomendações para seu aperfeiçoamento. Todas as sugestões foram incorporadas no relatório parecer da Comissão A que foi aprovado por unanimidade.



Notícias em Destaque

Seminário subordinado à Adesão de Timor-Leste à ASEAN: Desafios Económicos e Financeiros



No dia 12 de fevereiro, com abertura de Sua Excelência, o Presidente do Parlamento Nacional, Vicente da Silva Guterres, iniciou-se o seminário subordinado ao tema “Adesão de Timor-Leste à ASEAN: Desafios Económicos e Financeiros”.

O Seminário, promovido pelo Parlamento Nacional, foi uma iniciativa da Comissão de Finanças Públicas (Comissão C) que convidou oradores de notoriedade internacional: a Dra. Deborah Helms, Presidente da Temasek Foundation Centre for Trade and Negotiations, com sede em Singapura e o Dr. Shishir Priyadarshi, Diretor da Divisão de Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como Sua Exa. o Presidente do Parlamento Nacional sublinhou, “(...) num momento em que Timor-Leste procura cada vez mais dinamizar as relações internacionais e aprofundar as suas relações com a Associação de Nações do Sudeste Asiático –ASEAN (...)”, este seminário “(...)tem como principal objetivo aprofundar algumas das questões mais relevantes para Timor-Leste, na perspetiva da sua futura adesão àquele importante espaço económico regional”.

Para esta iniciativa, a Comissão C contou com Sua Exa.o Ministro Turismo, Comércio e Indústria, Dr. Francisco Kalbuady Lay e Sua Exa. o Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN, Dr. Roberto Sarmiento de Oliveira Soares e outros ilustres convidados em representação de organismos públicos, para além de inúmeros Deputados em representação das restantes Comissões.

Em outubro de 2013, durante a 34ª Assembleia Geral da Assembleia Interparlamentar da ASEAN (AIPA), o Parlamento Nacional de Timor-Leste foi acreditado como membro observador.

“Declaração de riqueza e interesses: questões fundamentais para a formulação de uma política e legislação para um sistema de declaração de riqueza e interesses.”

Durante o mês de fevereiro, a assessoria técnica da Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Anticorrupção (Comissão A) preparou um documento de trabalho com o título “Declaração de riqueza e interesses: questões fundamentais para a formulação de uma política e legislação para um sistema de declaração de riqueza e interesses” que será utilizado como base para uma sessão de esclarecimentos para os Senhores Deputados da Comissão A, que terá lugar no começo do mês de março.

Esta iniciativa enquadra-se na atividade do Grupo de Trabalho, criado no início de 2013, para a elaboração de uma lei sobre a declaração de riquezas e interesses. Fazem parte deste Grupo a Comissão A, a Comissão de Anticorrupção (CAC), a Procuradoria-Geral da República PGR e o Instituto de Gestão de Equipamentos (IGE).

Notícias em Destaque

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Justiça, Administração Pública, Poder Local e Anticorrupção (Comissão A) participou na mesa redonda “Integridade hanesan Xave ba Luta Kontra Korupsaun”



No dia 22 de fevereiro, o Deputado Aniceto Guterres representou a Comissão A na mesa redonda sob o lema “Integridade hanesan Xave ba Luta Kontra Korupsaun”, organizada pela Comissão de Anti Corrupção (CAC) para comemorar o seu quarto aniversário.

Na sua intervenção, o Deputado Aniceto Guterres explicou o que é um sistema nacional de integridade e lançou um desafio de que Timor-Leste levasse a cabo uma avaliação do seu próprio sistema de integridade para identificar fraquezas e propostas para melhorar.

Este tipo de avaliação é uma iniciativa que surgiu há alguns anos por parte da “Transparency International”, uma organização com sede em Berlim, que propõe uma abordagem holística para a transparência através da análise das principais instituições da sociedade: a polícia, os tribunais, os parlamentos e os meios de comunicação.

A avaliação do Sistema Nacional de Integridade examina a estrutura formal de cada instituição e a prática institucional real. A análise destaca discrepâncias entre as disposições formais e a realidade no terreno, deixando claro onde poderá haver espaço para melhorias.

O Deputado ainda avançou com o desafio de fortalecer a integridade das instituições transformando-as em instituições baseadas em valores.

Audiência da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais (Comissão B) com S.E. o Embaixador do Sahara Ocidental

No dia 19 de fevereiro, a Comissão B do Parlamento Nacional recebeu em audiência S.E. o Embaixador do Sahara Ocidental acreditado em Timor-Leste, Sr. Mohamed Badi onde foi efetuado um ponto de situação político e de segurança sobre o território.



Notícias em Destaque

No dia 20 de fevereiro, a Comissão B recebeu em audiência conjunta S.E. o Ministro dos Transportes e Comunicações, Eng. Pedro Lay, o Secretário de Estado da Segurança, Dr. Francisco Guterres e o Comandante da PNTL, Comissário Longuinhos Monteiro.



No dia 26 de fevereiro, a convite da Comissão B, o Coronel Carlos Mendes, assessor do Gabinete do Primeiro-Ministro e autor de estudos sobre Serviço Militar, proferiu uma palestra na Comissão sobre o tema.



No dia 27 de fevereiro,, a Comissão B efetuou uma visita de trabalho à ilha de Ataúro



Membros do Grupo das Mulheres Parlamentares de Timor-Leste participam no “seminário para capacitar representantes eleitos”

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, as Senhoras Deputadas Izilda Manuela da Luz Pereira, Ana da Conceição Ribeiro, Domingas Alves da Silva e Anastácia da C. S. Amaral participaram no seminário para capacitar representantes eleitos que teve lugar em Bali.

O seminário de dois dias foi concebido para capacitar as participantes a aprender e partilhar as ferramentas práticas necessárias para aumentar a capacidade das mulheres legisladoras. O seminário focou-se nos sistemas para reforçar a perspetiva de género e direitos humanos; as Senhoras Deputadas tiveram também a possibilidade de partilhar e aprender os conceitos base de direitos humanos para a participação das mulheres na política. Para maximizar o impacto da formação, foram utilizadas várias técnicas como discussão, role playing, case study, simulações, brain storming, além de sessões de perguntas e respostas.

Notícias em Destaque

O Seminário faz parte da implementação do programa IKAT US Component 1, cujo título é “Construção de parcerias sustentáveis para promover a representação das mulheres no sudeste asiático”.

Analistas do Parlamento Nacional participam na sessão de planeamento para o ano de 2014 da Promoção dos Comitês Nacionais do Fórum Asiático de Parlamentares sobre a População e o Desenvolvimento (The Asian Forum of Parliamentarians on Population and Development – AFPPD) e do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, o Senhor Cristóvão Pereira, analista jurídico, e o Senhor Jonas Fernandes, analista setorial do Parlamento Nacional, participaram na sessão de planeamento para o ano de 2014 da Promoção dos Comitês Nacionais do AFPPD e do UNFPA, que teve lugar em Banguecoque, Tailândia.

O encontro teve como objetivos convocar os diretores dos 26 comités nacionais e os pontos focais dos gabinetes nacionais do UNFPA para partilhar experiências e boas práticas em matéria de política e esforços de advocacia, para discutir e desenvolver planos de defesa de políticas nacionais e fortalecer os mecanismos de coordenação e de comunicação no país e os níveis regionais, a fim de alcançar melhores resultados políticos.

A manter a memória histórica do Parlamento Nacional



Desde julho de 2013, o Parlamento Nacional conta com uma equipa de 15 Redatores Transcritores, cujas funções principais são a transcrição dos debates do Plenário e a compilação dos documentos públicos relevantes da atividade parlamentar. O seu trabalho garante a memória histórica do Parlamento, permitindo o acesso dos cidadãos contemporâneos e das futuras gerações ao conteúdo dos debates parlamentares, nos quais se efetiva quer o papel legislador deste órgão de soberania, quer o papel de fiscalização da atividade do Governo e da legislação por este produzida. Dado que a passagem do discurso oral para o discurso escrito é um processo moroso, que exige grande minúcia e domínio das técnicas de redação em língua tétum e em português, os redatores organizam-se nas suas tarefas de acordo com as melhores práticas já testadas noutros parlamentos. Oito transcritores revezam-se na sala do Plenário a cada 15 minutos, tomando notas que lhes permitirão nomeadamente identificar os deputados intervenientes quando estiverem a transcrever a gravação, e são acompanhados por um revisor, que é substituído de hora a hora; de volta à sala de Redação e Transcrição,

Notícias em Destaque

as transcrições dos debates são verificadas pelos dois revisores, que também preparam o primeiro esboço das súmulas, e tudo é depois submetido ao revisor final, que zela pela qualidade do texto. Outros quatro redatores corrigem e preparam as compilações de documentos destinadas à II série do Jornal do Parlamento Nacional.

Antes da sua contratação pelo Parlamento, os redatores frequentaram um curso de formação com a duração de um ano, sob orientação da assessora internacional Leonor Ferreira. Atualmente continuam a sua formação frequentando as aulas de língua portuguesa e sendo acompanhados no seu trabalho por um professor de tétum.

Material de Informação e Educação Cívica do Parlamento Nacional.



Precisamos de instituições democráticas fortes, incluindo parlamentos efetivos e representativos, de modo a sermos nações onde os homens e as mulheres tenham realmente voz nos assuntos públicos e tenham potencial para melhorar as suas vidas. Os Parlamentos são instituições vitais para a governação democrática, sendo a ligação que une o Estado e a sociedade. Parlamentos eficazes podem ajudar os nossos cidadãos a concretizar o seu potencial.

Uma democracia parlamentar saudável está dependente da participação do povo. É ao povo que compete formar partidos políticos, candidatar-se a cargos públicos, fazer as suas escolhas nas urnas e encetar o diálogo político.

A finalidade dos programas de educação cívica consiste em informar o público a respeito da estrutura, papéis e funções das diferentes instituições, bem como dos direitos e responsabilidades dos cidadãos numa nação democrática.

A Divisão de Relações Públicas, Educação Cívica e Comunicação do Parlamento Nacional (DIRPEC) elaborou uma série de materiais de informação e educação cívica, cujo objetivo é sensibilizar o público para o papel do Parlamento, dos deputados, das comissões parlamentares e do processo legislativo, bem como para os direitos e deveres dos cidadãos numa democracia. Parte destes materiais (organograma do Parlamento Nacional, brochuras das Comissões Parlamentares,..) já estão disponíveis para serem distribuídos. Quem tiver interesse em recebê-los, contacte a DIRPEC diretamente no Parlamento Nacional ou através do email: guilhermina.barbosa@parlamento.tl.

Notícias em Destaque

Aquisição e instalação da nova central telefónica digital do Parlamento Nacional



O Parlamento Nacional (PN) adquiriu uma central telefónica digital para substituir a central analógica que já se encontrava obsoleta e em deficiente funcionamento. A aquisição desta central telefónica faz parte do plano para as Tecnologias de Informação e Comunicação 2010-2014 que engloba a implementação de um sistema unificado de comunicações. Neste momento, já se encontram ligados entre si quase todos os gabinetes através de uma linha digital que permite a utilização de equipamentos de voz sobre internet (VoIP). Esta central vai permitir agilizar as comunicações internas e com o exterior e tirar partido das potencialidades da tecnologia VoIP. O processo de instalação e configuração dos equipamentos foi inteiramente acompanhado pelos técnicos da Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação do Parlamento Nacional (Horácio Abílio, Dionísio Barbosa e Silvano Sousa), Divisão responsável pelas comunicações do Parlamento Nacional.

Entrevista ao Presidente do Grupo Nacional

Deputado Estanislau da C. Aleixo Maria da Silva



1. O que é a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e quando foi criada?

A CPLP foi criada já em 1996, e é composta, até à presente data, pelos países de língua oficial portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, geograficamente distribuídos na África, América do Sul, Europa e Sudeste Asiático.

Timor-Leste assinou os Estatutos da CPLP em 2007.

2. Quais são os objetivos da CPLP?

Um dos objetivos que esteve na base da criação da CPLP é o reforço e aprofundamento das relações político-diplomáticas entre os seus membros, e por essa via reforçar a sua presença na esfera internacional.



Notícias em Destaque

A cooperação entre os países membros nas mais variadas áreas, desde a justiça à educação e saúde, é um dos outros objetivos da Comunidade. Não podemos esquecer também, a promoção da língua portuguesa.

3. O que é a AP-CPLP (Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e quando foi instituída?

A AP-CPLP é um órgão da CPLP e foi constituída em novembro de 2007. A Assembleia Parlamentar assume um papel fundamental na Comunidade, já que nós parlamentares temos a responsabilidade acrescida de trazer para esta esfera os interesses dos povos que representamos.

A AP tem como objetivo estreitar o intercâmbio entre os parlamentos dos países membros na esfera política e legislativa. Nesta última esfera de cooperação existe um esforço coordenado, em questões abrangentes, com vista à harmonização das leis vigentes nos respetivos países.

4. Acha que é importante a participação do Parlamento Nacional de Timor-Leste nos encontros da AP-CPLP? Quais as vantagens para o Parlamento de Timor-Leste?

Sem dúvida que é importante, para estreitar as nossas relações de cooperação do ponto de vista político, económico, social e cultural.

5. O que é o Grupo Nacional da AP-CPLP? O que significa ser o seu Presidente? Quais os desafios?

O Grupo Nacional é a delegação de deputados através da qual cada Parlamento participa na Assembleia Parlamentar.

O Grupo Nacional é composto por 6 deputados no exercício efetivo das suas funções, escolhidos de acordo com a representação proporcional no Parlamento.

Assumo as funções de presidente do Grupo Nacional desde 2010, quando o Grupo Nacional foi constituído. O presidente do Grupo Nacional apenas coordena os trabalhos dos membros do Grupo no âmbito das comissões de trabalho da Assembleia Parlamentar, mantém relações de comunicação com os outros Grupos Nacionais dos parlamentos da comunidade e coordena os trabalhos preparatórios das reuniões da AP-CPLP.

Os maiores desafios com os quais nos deparamos consistem essencialmente nas diferenças existentes em termos de capacidade de resposta institucional, humana e tecnológica entre os países da comunidade.

6. Em novembro de 2013 uma delegação do Parlamento Nacional participou na IV AP-CPLP em Angola. O Parlamento Nacional de Timor-Leste concluiu dois anos de Presidência da AP, que nesta ocasião passou a ser assumida pela Assembleia Nacional de Angola. Quais foram as atividades mais relevantes da presidência timorense?

Devo dizer que o Parlamento de Timor-Leste dinamizou os trabalhos da AP-CPLP durante a nossa presidência. Promovemos, com o apoio de Portu-



Notícias em Destaque

gal e Brasil, duas reuniões dos presidentes dos grupos Nacionais, respetivamente em Lisboa (2012) e Brasília (2013).

Gostaria de realçar os trabalhos desenvolvidos pelo PN, com a nossa equipa de juristas, relativos à revisão do Estatuto e Regimento da AP-CPLP, que culminou com uma reunião preparatória em Lisboa em agosto de 2013.

É nossa intenção que a proposta de alteração seja discutida e votada na V Assembleia Parlamentar que vai ter lugar em Díli em abril.

Durante a nossa presidência, produzimos os planos de atividades das três comissões da Assembleia Parlamentar que foram apresentados na reunião de Brasília e aprovados na IV Assembleia Parlamentar.

Por último, quero destacar os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Nacional de Timor-Leste, em estreita cooperação com o Grupo Nacional da Assembleia Nacional de Angola, na preparação da IV reunião da AP-CPLP em Luanda, em novembro de 2013.

Este trabalho concertado permitiu um debate rico sobre vários temas atuais. Gostaria aqui de destacar não apenas a contribuição para o debate no decurso das sessões plenárias, mas também a contribuição das nossas Deputadas, que integram a Rede de Mulheres da AP em representação do Parlamento Nacional, para os trabalhos deste organismo.

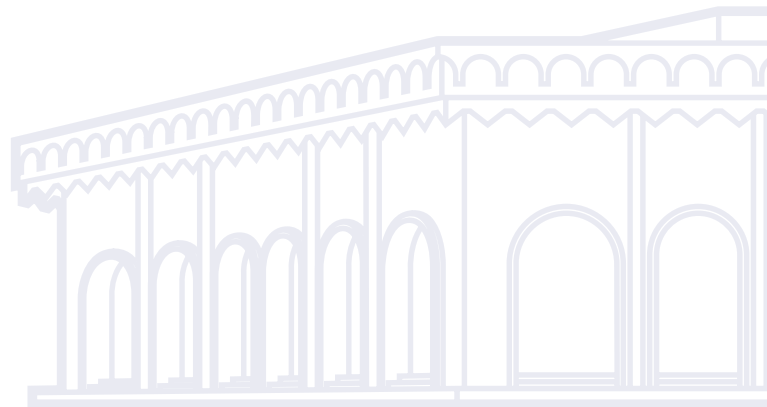
7. Em 2014 Timor-Leste assume a presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, razão pela qual lhe compete organizar a V Assembleia Parlamentar. Quais os desafios?

A organização de uma reunião desta importância e dimensão exige grandes meios logísticos e humanos.

Temos, no entanto, alguma experiência resultante dos trabalhos por nós desenvolvidos para a realização da III AP-CPLP que decorreu em Díli em setembro de 2011, e estou seguro do empenho de todos os nossos funcionários para garantir o sucesso da reunião.

O facto de Timor-Leste assumir a presidência da Conferência de Chefes de Estado e de governo da CPLP dá-nos a responsabilidade de pôr a debate, no seio parlamentar, as questões essenciais para o crescimento e afirmação da nossa comunidade e, que se prendem com os interesses dos Povos dos 8 países que nos cumpre representar.

No que à Assembleia Parlamentar respeita, em concreto, a V reunião constitui mais um passo no processo de afirmação deste órgão na Comunidade.

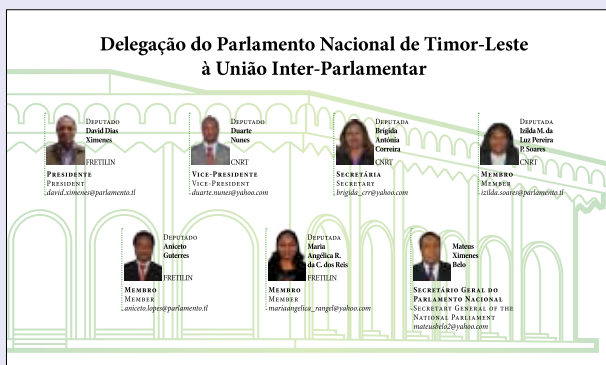


Notícias em Destaque

No próximo número...

Com o aproximar da realização da V AP-CPLP serão iniciados dois novos cursos de português para os funcionários que vão dar apoio à reunião que decorrerá em Díli, de 9 a 11 de abril do corrente ano. Estes dois cursos vão começar no início de março e terão dois objetivos distintos: o de contribuir para a melhoria da comunicação oral, num registo formal, e o de melhorar a qualidade dos textos que poderão ser produzidos no âmbito desta reunião (atas, comunicados, notas, convites, etc.).

A delegação do Parlamento Nacional de Timor-Leste à União Interparlamentar (UIP) irá participar na 130.ª Assembleia, de 17 a 20 de março, comemorativa dos 125 anos da Organização. No dia 24, a delegação efetuará uma visita de trabalho ao Parlamento Europeu e no dia 26 de março ao Parlamento de França.



A V Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) realizar-se-á no Parlamento Nacional de Timor-Leste, nos dias 9, 10 e 11 de abril de 2014. No passado mês de novembro teve lugar em Luanda, Angola, a IV Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), tendo o Parlamento Nacional de Timor-Leste concluído dois anos de Presidência da Assembleia Parlamentar, passando a ser assumida pela Assembleia Nacional de Angola.

O Parlamento Nacional de Timor-Leste assumiu a Presidência da AP-CPLP em 2011, durante a III Assembleia Parlamentar que se realizou em Díli. A V AP CPLP realizar-se-á novamente na capital timorense pelo facto de Timor-Leste assumir a Presidência da CPLP.

No fim do mês de abril, a Comissão de Economia e Desenvolvimento (Comissão D) em conjunto com a Comissão de Finanças Públicas (Comissão C) e a Comissão de Infraestruturas, Transportes e Comunicações organizará um seminário sobre Parcerias Público-Privadas (PPP'S) com a participação de oradores internacionais para dar a conhecer aos Senhores Deputados as experiências de sucesso e os obstáculos do recurso a este tipo de contratos.

Contactos:
guilhermina.barbosa@parlamento.tl
alessandra.ronchi@parlamento.tl